

# POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O PORTUGUÊS: AVANÇOS E DESAFIOS NO TIMOR-LESTE

Crísna Batista da Silva Ferreira (UNILAB)<sup>1</sup>

Kaline Araujo Mendes de Souza (UNILAB)<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho visa analisar as políticas linguísticas para o português no Timor-Leste, país asiático de língua oficial portuguesa. Sendo assim, a pesquisa estabelece como objetivos específicos: evidenciar a situação sociolinguística como fator determinante para a situação do português no Timor-Leste e analisar as políticas linguísticas existentes para o português e suas condicionantes. Para tanto, elaboramos um questionário que foi aplicado com ex- alunos timorenses da UNILAB. Para análise das políticas linguísticas, usamos como fundamentação os trabalhos de Albuquerque (2010), Batoréo (2007), Carneiro (2010), Calvet (2007) e Oliveira (2007, 2013). Quanto a metodologia utilizada, é possível classificar esta investigação como exploratória e bibliográfica. A partir dos dados levantados, especialmente nos depoimentos dos entrevistados, percebe-se o reconhecimento do português, porém seu uso ainda é restrito a atividades administrativas, de ensino e jurídicas, ainda foi possível perceber o multilinguismo e o convívio do português com várias outras línguas. Com base na análise das políticas linguísticas, verifica-se um avanço significativo do português no processo de (re) introdução da língua no território timorense.

**Palavras- chave:** Política linguística; língua portuguesa; Timor-Leste.

**Abstract:** This study aims to analyze the linguistic policies for the Portuguese in the official language country of East Timor, an Asian country. Thus, the research establishes as a specific objective: to highlight the sociolinguistic situation as a determining factor for the situation of the Portuguese in Timor-Leste and to analyze the linguistic policies existing for the Portuguese and their conditions. To do so, we elaborated a questionnaire that was applied with ex-Timorese students of UNILAB. For the analysis of the linguistic policies, we use as basis the works of Albuquerque (2010), Batoréo (2007), Carneiro (2010), Calvet (2007) and Oliveira (2007, 2013). As for the methodology used, it is possible to classify this research as exploratory and bibliographical. From the results obtained, especially in the interviewees' testimonies, the recognition of the portuguese is perceived, but its use is still restricted to administrative, teaching and legal activities, it was still possible to perceive multilingualism and the coexistence of Portuguese with several other languages . Based on the analyzes of the linguistic policies, there is a significant advance of the Portuguese in the process of introducing the language in the Timorese territory.

**Keywords:** Language policy; Portuguese language; Timor-Leste.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Letras-Língua portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), orientadora do trabalho.

É notório o crescimento da língua portuguesa (doravante LP) no século XXI. Reconhecida com status de oficialidade nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPS), na China, ou mais especificamente RAEM, Região Administrativa Especial de Macau, em Goa, no Timor-Leste e, recentemente, na Guiné Equatorial. O idioma ocupa quatro dos cinco continentes que compõem o mundo, quais sejam: América, África, Europa e Ásia. Nesses espaços, identificam-se falantes de LP como primeira ou segunda língua, nos mais variados graus de proficiência. Em alguns desses contextos, o português ainda dialoga com outras línguas oficiais, como é o caso do tétum praça<sup>3</sup>, no Timor-Leste, e a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), no Brasil.

O presente estudo pretendeu investigar acerca das políticas linguísticas para o português no Timor-Leste, país de realidade sociolinguística complexa. A escolha do tema deste trabalho, as políticas linguísticas para o português no Timor-Leste, deu-se em função dos poucos trabalhos sobre a temática central, na literatura da área.

Estabelecemos como objetivos da investigação: a) compreender a situação sociolinguística do português no Timor-Leste; b) analisar as políticas linguísticas existentes para o português e suas condicionantes.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: na seção 1, intitulada *A língua portuguesa no mundo*, tratamos do lugar da língua portuguesa no globo, com destaque para a situação da LP no Timor-Leste. Na seção 2, *Políticas linguísticas para o português e suas condicionantes no Timor-Leste*, analisamos as políticas linguísticas para o português no referido país, a partir de documentos pertinentes ao tema. Na seção 3, *Lusofonia no Timor - Leste: Utopia ou quimera*, buscou-se confrontar os dados colhidos com as informações identificadas nos documentos oficiais (Constituição da República Democrática de Timor-Leste, Lei nº 14/2008 de 29 de outubro e o Decreto-Lei nº 3/2018 de 14 de março) analisados, traçando assim a situação da língua portuguesa no Timor-Leste.

## **1 A língua portuguesa na atualidade**

Analisar a língua portuguesa em todas as suas manifestações sociais é refletir sobre os processos políticos, culturais e geográficos a ela relacionados, inserida em meio a grande variedade de situações sociolinguísticas, a língua possui estatuto de oficialidade somando uma

---

<sup>3</sup> Sobre o tétum praça, consultar; ALBUQUERQUE, Davi Borges de. Esboço gramatical do Tetun Prasa: língua oficial de Timor-Leste. 2011, p, 53-59.

totalidade de dez países (OLIVEIRA, 2013). É de suma importância investigar sobre o crescimento da língua portuguesa e sobre como as ações tomadas a seu respeito podem afetar diretamente seus falantes, a economia, a política, bem como o processo de educação em um determinado país.

Nesse sentido, cabe destacar, ainda, como a LP está posicionada com estatutos de oficialidade ou estatuto especial em 17 certos blocos econômicos regionais que se destacam no mundo: a União Europeia (27 países), o Mercado Comum do Sul (5 países), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (13 países), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (11 países) Associação de Nações do Sudeste Asiático (10 países), bloco que Timor-Leste passou a integrar a partir de 2017, ampliando assim, as possibilidades de uso diplomático e societário do português (OLIVEIRA, 2013).

Como se pode inferir a partir da situação descrita, há um número considerável de organismos conectados com e por meio do português, nos mais variados graus de proximidade. Podemos citar, ainda, as organizações diplomáticas<sup>4</sup> - **CPLP, UA, UNASUL, OEA, OEI, UPU** - entre outras, que somam, e assim, possibilitam um ambiente rico em oportunidades para o português.

### **1.1 A sócio-história da língua portuguesa no Timor-Leste**

A procura de sândalo, por volta de 1512, a língua portuguesa chega ao território timorense através dos portugueses, permanecendo no país até agosto de 1975. No mesmo ano, o governo indonésio invade Timor-Leste e durante a dominação da Indonésia, de 1975 até 1999, foi terminantemente proibido o uso do português no Timor-Leste. Apesar disso, a LP era usada por pequenos e isolados grupos revolucionários e combatentes. Mais tarde, contudo, houve uma redução dos falantes de LP nesse grupo, justamente por medo de represálias por parte do governo indonésio.

Evidentemente, com o passar dos anos, devido a proibição da língua no território timorense, o português ficou sendo falado e conhecido apenas pela população mais idosa de Timor-Leste. Com o passar dos anos essa população foi diminuindo e com ela, conseqüentemente, o uso da língua. (BATORÉO, 2007). Cabe destacar que, a despeito desse

---

<sup>4</sup> Organizações diplomáticas; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União africana (UA), União das Nações Sul-Americanas (UNUSAL), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEAI), União Postal Universal (UPU).

cenário, a LP foi capaz de manifestar e assegurar processos revolucionários para a sociedade timorense, exercendo, assim, um papel de grande valor no processo de (re)estruturação do território.

Nesse tocante, podemos citar como exemplo da escolha da LP, em 2002, como uma das línguas oficiais no território timorense, o que está registrado na Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Essa oficialidade é motivada por muitos fatores, dentre eles estão: os históricos (a luta pela independência); os simbólicos (a língua portuguesa vista como língua da independência); e culturais/religiosos (Igreja Católica<sup>5</sup>). Convém destacar, também, os laços<sup>6</sup> entre a língua portuguesa e o tétum, língua oficial do Timor-Leste a par do português.

Diante do exposto, podemos inferir que a língua portuguesa foi utilizada como forma de resistência perante a dominação por parte da Indonésia, tornando-se língua de resistência. É possível demonstrar como esses processos de intervenção afetaram e ainda afetam o reconhecimento e o uso das línguas. Nesse sentido, no subtópico a seguir, evidenciam-se tais resultados.

## 1.2 A situação sociolinguística no Timor-Leste

No contexto sociolinguístico de Timor-Leste, a língua portuguesa, mesmo sendo oficial na república, é tida por parte considerável da população timorense como segunda língua<sup>7</sup>. Batoréo (2010 p. 2 *apud* CASTRO 2004: 48, cf. THOMAZ 2002: 140) explica que, “[...] as estimativas mais otimistas calculam que 20% da população fala português como primeira língua, mas outras talvez mais realistas baixam esta percentagem para 5 ou 6%.” Esse complexo contexto sociolinguístico, proporciona ambientes de multilinguismo, um exemplo é o próprio ambiente familiar, com os casamentos entre indivíduos de diferentes etnias, algo comum na comunidade timorense.

---

<sup>5</sup> Segundo o censo de 2010, 96% da população timorense professa o catolicismo, justificando assim, tal motivação.

<sup>6</sup> Segundo Albuquerque (2011) aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos entre outros.

<sup>7</sup> Neste trabalho entendemos, língua materna (LM); a língua da primeira socialização, que tem como principal vetor, a família. (GROSSO, 2010), língua primeira (L1); geralmente, mas nem sempre, a língua que foi primeiramente adquirida na infância, é a língua da vida íntima do falante, é a língua de ‘pensar em palavras’. (CUNHA, 2007) e língua segunda (L2); é a língua da sociedade, é a língua através da qual a comunicação acontece. (CUNHA, 2007)

Conforme já informamos neste texto, um de nossos objetivos de investigação é compreender a situação sociolinguística do português no Timor-Leste. Para nos auxiliar na consecução deste objetivo, elaboramos um questionário e o aplicamos virtualmente (através de link na plataforma do facebook) com ex- estudantes timorenses da Unilab.

As questões que compuseram o questionário virtual foram do tipo *abertas*. Com elas, buscamos obter informações mais abrangentes. De acordo com Gil (2008), esta categoria de questão possibilita que os informantes ofereçam suas próprias respostas. Para que pudéssemos identificar minimamente o perfil dos entrevistados, disponibilizamos, na primeira parte do questionário, quatro campos, a saber: nome, idade, sexo, e cidade de origem. Para melhor compreensão, demonstraremos, no quadro a seguir, as informações obtidas.

**QUADRO 1:** Dados extralinguísticos dos entrevistados.

<b>Informante</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Cidade de origem</b>
A	28	Masculino	Same
B	27	Masculino	Baucau
C	56	Feminino	Timor-Leste
D	26	Masculino	Dili, Timor-Leste
E	27	Masculino	Timor-Leste

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das respostas dos entrevistados.

Conforme se vê no quadro, os informantes têm idade entre 26 e 56 anos. Apenas uma informante é do sexo feminino. No último campo disponibilizado, temos a cidade de origem dos respondentes. O entrevistado A é de uma região chamada Same, (cidade do interior de Timor-Leste, localizada a 81km de Díli, capital do país). Já o informante B tem como cidade de origem Baucau (segunda maior cidade do Timor-Leste, localizada na zona oriental do país a cerca de 122km da capital). Os demais entrevistados reconhecem como nascidos na capital, localizada na parte norte do país.

A segunda parte do questionário foi composta das seguintes perguntas:

1. Qual a sua primeira língua?

2. Essa primeira língua que você aprendeu é da sua mãe e/ou do seu pai?
3. Qual a sua segunda língua?
4. Essa segunda língua que você aprendeu é da mãe e/ou do seu pai?
5. Qual língua você aprendeu na escola?
6. Quais são as línguas com status de oficialidade no Timor-Leste?
7. Quais são as línguas mais faladas no Timor-Leste?
8. Com quantos anos você aprendeu o português?
9. Qual a posição do português no Timor-Leste?
10. A língua portuguesa é ensinada em todas as escolas do Timor-Leste?
11. Ao todo, quantas línguas você fala? Em que ordem as aprendeu?

Com base nas respostas ao questionário, foi possível esboçar o desenho sociolinguístico do Timor-Leste, como se pode ver nos quadro da sequência.

**QUADRO 2:** Desenho sociolinguístico do Timor-Leste.

<b>1. Qual a sua primeira língua?</b>	
Entrevistado A	Mambae
Entrevistado B	Waimua
Entrevistado C	Mambae
Entrevistado D	Tetum
Entrevistado E	Naueti
<b>2. Essa primeira língua que você aprendeu é da sua mãe e/ou do seu pai?</b>	
Entrevistado A	Mãe e pai.
Entrevistado B	Meu pai
Entrevistado C	Dos dois
Entrevistado D	Ambos
Entrevistado E	Dos dois (pai e mãe)
<b>3. Qual a sua segunda língua?</b>	
Entrevistado A	Tétum

Entrevistado B	Naueti
Entrevistado C	Tétum
Entrevistado D	Língua local: Bunaq. Posso definir a língua indonésia como segunda língua ou pode ser português ou inglês.
Entrevistado E	Tétum
<b>4. Essa segunda língua que você aprendeu é da mãe e/ou do seu pai?</b>	
Entrevistado A	Mãe e pai.
Entrevistado B	Da minha mãe
Entrevistado C	Comum
Entrevistado D	Língua Bunaq é língua local dos meus pais, a língua indonésia aprendi durante meus estudos no ensino básico.
Entrevistado E	Dos dois (Pai e mãe)
<b>5. Qual língua você aprendeu na escola?</b>	
Entrevistado A	Malaio (indonésia) e português
Entrevistado B	Português, inglês e indonésia
Entrevistado C	Português
Entrevistado D	Língua indonésia, portuguesa e inglesa, todas são praticáveis.
Entrevistado E	Tétum, língua indonésia e português.
<b>6. Quais as línguas com <i>status</i> de oficialidade no Timor-Leste?</b>	
Entrevistado A	Tétum e Português.
Entrevistado B	Português e tétum
Entrevistado C	Português
Entrevistado D	Tétum e Português
Entrevistado E	Tétum e Português.

<b>7. Quais as línguas mais faladas no Timor-Leste?</b>	
Entrevistado A	Tétum
Entrevistado B	Tétum
Entrevistado C	Português, tétum, inglês e malaio
Entrevistado D	Tétum
Entrevistado E	Tétum
<b>8. Com quantos anos você aprendeu o português?</b>	
Entrevistado A	16 anos
Entrevistado B	5 anos.
Entrevistado C	7 anos
Entrevistado D	19
Entrevistado E	5 anos
<b>9. Qual a posição do português no Timor-Leste?</b>	
Entrevistado A	Segunda língua oficial, depois de tétum.
Entrevistado B	Continua usá-lo como língua oficial
Entrevistado C	Língua oficial
Entrevistado D	Língua oficial ao lado de tétum
Entrevistado E	Língua oficial e língua do trabalho do governo.
<b>10. A língua portuguesa é ensinada em todas as escolas do Timor-Leste?</b>	
Entrevistado A	Sim
Entrevistado B	Sim
Entrevistado C	Sim
Entrevistado D	Desde 2010, todos os currículos são aplicados em tétum.



Entrevistado E	Sim
<b>11. Ao todo, quantas línguas você fala? Em que ordem as aprendeu?</b>	
Entrevistado A	4 (mambae, tétum, malaio e português)
Entrevistado B	Waimua, Nau eti, Tétum, Indonésia, Português e Inglês
Entrevistado C	5
Entrevistado D	Tétum, Bunaq, Indonesio, Inglês, Português
Entrevistado E	E, 4 línguas (naueti, tétum, português e indonésia)

Fonte: elaborado pelas autoras através das respostas dos entrevistados.

A partir das informações obtidas com a aplicação do questionário, podemos afirmar que o português convive com várias outras línguas, a exemplo; o tétum (língua co-oficial), o malaio, o mambae, o naueti, a língua indonésia e o inglês (como línguas de trabalho). Com base na literatura estudada, as línguas nacionais<sup>8</sup>, o malaio, as línguas de trabalho e ainda algumas línguas oriundas do Sul da China. Com base na literatura, também é possível afirmar que, desde de tempos remotos, tem-se no Timor-Leste um panorama de multilinguismo.

A questão do multilinguismo é, portanto, fator determinante no contexto timorense, o que é de suma relevância para se pensar nesse aspecto como agente determinante para criação e apreciação de políticas linguísticas que assegurem condições à sociedade nas mais diversas funções de interação da língua, notadamente no que tange à língua portuguesa, foco de nosso trabalho.

Com base no quadro 2, analisamos a situação sociolinguística no Timor-Leste e discutimos sobre como esse processo influencia no uso da(s) língua(s) e na atividade do indivíduo em sociedade. Compreendemos que, no Timor-Leste, a convivência entre as variadas línguas reserva ao português um uso em contexto reduzido. Também é possível identificar que, apesar da oficialidade, a língua portuguesa não é tida como língua primeira (L1).

Levando em conta estas características, através das respostas dadas à primeira pergunta apresentada aos entrevistados, podemos notar que os cinco entrevistados possuem as

<sup>8</sup> Ver CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti. O português para falantes de outras línguas: redefinindo tipos e conceitos. ALMEIDA FILHO, JCP de; CUNHA, MJC Projetos Iniciais em Português para Falantes de Outras Línguas. Brasília, DF: EdUnB, p. 13-31, 2007.

línguas locais como L1. Nas respostas à segunda pergunta, é possível notar que a L1 dos entrevistados foi aprendida no seio familiar, com os pais (mãe e pai), à exceção do entrevistado B, que afirmou ter aprendido sua L1 com o pai, apenas. Em relação à terceira pergunta, os cinco entrevistados relataram que possuem como L2 as línguas locais. Porém, nota-se uma recorrência maior do tétum como L2. Na quarta pergunta, os entrevistados A, C, D e E, responderam afirmando que sua L2 foi aprendida com os pais (pai e mãe). Entretanto, o entrevistado B relatou que aprendeu sua L2 com a mãe.

Nas respostas à quinta pergunta, podemos observar que a língua portuguesa começa a ganhar espaço dentro do emaranhado contexto sociolinguístico que possui o Timor-Leste. Os cinco entrevistados relataram ter aprendido na escola o português (língua oficial), bem como o inglês e a língua indonésia. Entretanto, Timor-Leste ainda encontra dificuldade na política de ensino a ser desenvolvida e trabalhada nos contextos escolares, dessa ideia compartilha Carneiro (2010):

Este contexto linguístico desde o início do processo de independência de Timor-Leste tem colocado uma série de questões a respeito da política linguística a ser adotada e desenvolvida no país, assim como da política de ensino de línguas a ser trabalhada nos ambientes escolares. (CARNEIRO, 2010, p. 11)

De acordo com as respostas à sexta pergunta, os respondentes reconhecem e identificam a língua portuguesa com *status* de oficialidade no país, ao lado do tétum; já o entrevistado C identifica e reconhece apenas o português como língua oficial. Em resposta à sétima pergunta, os entrevistados apontam um maior uso do tétum, dentre as línguas mais faladas no país. O entrevistado C, ainda identifica o uso do português, inglês e malaio. Nas respostas à oitava pergunta, com base nos dados coletados, percebemos que não há uma idade mínima e/ou máxima para se aprender português no Timor-Leste.

Na nona pergunta, os cinco entrevistados responderam que reconhecem a posição da língua portuguesa no Timor-Leste como segunda língua, língua oficial ao lado do tétum e como língua de trabalho. O informante D identifica o português como língua de trabalho. Entretanto, cabe destacar que “a língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário”. (TIMOR, 2002, Parte VII Disposições finais e transitórias, Artigo 159.º p. 45)

Quanto à décima pergunta, os informantes responderam que a língua portuguesa é ensinada em todas as escolas da ilha. Compreendemos que essa realidade tem impacto sobre o corpus da língua portuguesa no país, pois proporciona à população de Timor-Leste um

contato linguístico maior com tal idioma. Nas respostas à décima primeira questão, é possível evidenciar o multilinguismo entre os entrevistados, que fazem referência a um mínimo de quatro e máximo de seis línguas faladas por eles.

A complexidade sociolinguística no Timor-Leste, põe em questão uma série de pensamentos e ações sobre o modo de gestão da língua. Dessa ideia compartilha Carneiro (2010):

A complexidade sociolinguística original de Timor-Leste somada à presença das diferentes línguas que ao longo da história se inseriram no país tem exigido uma série de diretrizes complementares que dão suporte à política linguística apontada na constituição timorense, dentre estes instrumentos vale destacar: do ponto de vista institucional, o Decreto 1/2004 que regulamenta o uso das línguas citadas na constituição, tratando também do padrão ortográfico do tétum e do papel do Instituto Nacional de Linguística (INL), como guardião das línguas nacionais e do ponto de vista educacional, o Plano Curricular para o Ensino Primário de 2005 e a Lei de Bases da Educação de 2008 que determinam as línguas a serem utilizadas no sistema de ensino, apontando de forma mais consistente como se dará o uso destas línguas em termos práticos, nos diferentes níveis de ensino. (CARNEIRO, 2010, p. 14)

Com base na identificação e análise das políticas linguísticas para o português no Timor-Leste, será possível compreender como a gestão da língua portuguesa influencia nas relações entre língua, indivíduo e suas manifestações na sociedade que o circunda. No tópico a seguir, trataremos dessa questão.

## **2 Políticas linguísticas para o português e suas condicionantes no Timor-Leste**

Neste trabalho, entendemos a política linguística (PL) como o faz Calvet (2007). Para o pesquisador, ela consiste em grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade. Nesse sentido, não podemos deixar de mencionar o conceito de planejamento linguístico, também conhecido como planificação destinada ao percurso de implementação/aplicação das políticas linguísticas.

A língua portuguesa, como já mencionada, é uma língua histórica para o povo timorense, em razão da luta de independência do país e de vários outros fatores aqui já citados. Nesse sentido, o crescimento do idioma no Timor-Leste coloca uma série de questões socioculturais, geográficas, ideológicas e principalmente políticas, o que pode ter relação com o futuro da LP no país.

Concordamos com Oliveira (2007) sobre as políticas linguísticas como uma área das políticas públicas concebidas e executadas por instituições que possuem influência na

sociedade (Estado, os governos, as igrejas, ONGs, associações e até mesmo, a família). Nessa perspectiva, entendemos que qualquer indivíduo ou órgão pode construir uma política linguística, porém sua legitimação e implementação (ou não) é competência do Estado. Entendemos que, diante disso, dificilmente as políticas linguísticas adquirem visibilidade, pois, na maioria das vezes, elas estão diluídas dentro das políticas culturais, educacionais, políticas de inclusão<sup>9</sup>, havendo, assim, um processo de naturalização das questões linguísticas.

Levando em consideração os espaços nos quais as políticas linguísticas se encontram diluídas, priorizamos a análise das políticas linguísticas de ensino e/ou educacionais para o português. Assim, na sequência, apresentamos políticas identificadas nos documentos oficiais de Timor-Leste.

Na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, temos:

**Artigo 13.º (Línguas oficiais e línguas nacionais)** 1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste. (TIMOR-LESTE, 2002, p. 11)

**Artigo 159.º (Línguas de trabalho)** A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário. (TIMOR-LESTE, 2002, p. 45)

Na Lei n.º 14/2008 de 29 de outubro (Lei de Bases da Educação), apontamos:

**Secção II - Objectivos fundamentais:** Artigo 8.º Línguas do sistema educativo. As línguas de ensino do sistema educativo timorense são o tétum e o português.

**Secção III - Educação escolar**

**Subsecção I Ensino Básico**

d) Garantir o domínio das línguas portuguesa e tétum;

g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, línguas oficiais e nacionais, história e cultura timorenses, numa perspectiva de humanismo universalista e de solidariedade e cooperação entre os povos; (TIMOR-LESTE, 2002, p. 2641)

No Decreto-lei n.º 3 /2018 de 14 de março (Primeira alteração ao decreto-lei n.º 3/2015, de 14 de janeiro – Aprova o Currículo Nacional de Base da Educação Pré-Escolar), vê-se:

---

<sup>9</sup> Significa planejar e implementar projetos que ampliem as possibilidades de acesso e inserção social dos diferentes grupos marginalizados, seja por sua situação de pobreza extrema, por sua condição de cor, raça e etnia, por diferenciações em sua compleição física ou cognitiva, por vulnerabilização por sua escolha política, religiosa ou de orientação sexual, entre tantas outras possibilidades. (MATISKEI, 2004)

**Artigo 6.º** f) Desenvolvimento de competências linguísticas nas línguas oficiais.

**Artigo 7.º** 1. O currículo reflete o património cultural de Timor-Leste e reconhece os valores, os costumes e as tradições do país, bem como a utilização das línguas oficiais como parte dos valores de identidade nacionais.

2. Tendo em vista a valorização da cultura, as crianças são ensinadas a compreender e a valorizar os costumes, as tradições, as línguas nacionais e as duas línguas oficiais.

**Artigo 10.º** 3. O ambiente escolar deve proporcionar à criança a possibilidade de se expressar livremente através do uso da forma de comunicação que lhe é mais familiar, mantendo sempre a aproximação e a ligação comunicacional com a língua de instrução.

**Artigo 11.º** a) Desenvolvimento de competências linguísticas nas línguas oficiais.

1. A implementação do currículo garante às crianças a aquisição de conhecimentos linguísticos nas duas línguas oficiais, as quais constituem a base de comunicação e de integração antecipada em todos os ciclos do ensino pré-escolar, elegendo-se a língua portuguesa como língua de instrução e a língua tétum como língua de suporte.

2. O currículo é implementado com recurso às línguas oficiais de forma a garantir que, no final do ensino pré-escolar e antes do ingresso no primeiro ciclo, as crianças possuam uma sólida base de literacia nas duas línguas oficiais do país.

3. O estabelecimento de educação escolar deve prestar especial importância a sessões de ensino focadas no desenvolvimento da oralidade nas duas línguas oficiais, de modo a preparar o aluno para o domínio das mesmas.

**Artigo 13.º** 3. A implementação do currículo é realizada através da progressão linguística, assente numa exposição bilíngue e simultânea nas duas línguas oficiais, de modo a que as crianças possuam uma base de linguagem oral nas duas línguas oficiais, no fim do período de educação pré-escolar.

**Artigo 17.º** 2. Em contexto escolar, a comunicação faz-se com recurso às duas línguas oficiais e deve promover-se a utilização da língua portuguesa como língua de instrução.

**Artigo 31.º** 2. A disponibilização dos materiais de apoio impressos nas duas línguas oficiais é implementada de forma simultânea e de acordo com o grau de necessidade existente. (TIMOR-LESTE, 2002, p. 184)

## **2.1 As políticas linguística de ensino e/ou educacionais**

O primeiro grande marco sobre o processo de (re)introdução a língua portuguesa, no Timor-Leste, deu-se por meio da própria constituição do país, em 2002, por fatores sócio históricos entre outros. Nesse sentido Carneiro (2010) destaca que,

“[...] evidenciou não só fatores históricos e sociais que justificavam a escolha da língua portuguesa como língua oficial, mas também explicitou a relação de dependência entre o tétum e o português em Timor Leste, uma vez que o tétum oficial, originalmente era uma língua franca local que se desenvolveu ao longo dos séculos pelo contato estreito com a língua portuguesa”. (CARNEIRO, 2010, p.14 *apud* HULL, 2001)

Mesmo com *status* de oficialidade desde de 2002, Timor-Leste ainda enfrenta uma série de questões que tornam o uso do português pouco recorrente nas mais variadas comunidades de fala. Albuquerque (2010) nos diz que:

“[...] a língua portuguesa, apesar de ser a língua oficial, é falada somente por uma pequena parcela da população leste-timorense, já que há uma série de fatores que dificultam a instalação de um ensino eficaz, assim como o uso dessa língua nas diferentes comunidades de fala”. (ALBUQUERQUE, 2010, p.32)

Julgamos que o Timor-Leste, por sua complexidade sociolinguística, necessite de uma política no ensino de línguas que assegure de forma integrada a interação social entre os estudantes nas mais diversas situações de uso.

Ao analisar o uso da LP naquele país, acreditamos que a realidade é algo distante do que prevêm os documentos analisados. Segundo Lourenço (2008), essa (re)introdução do português no sistema educativo no Timor-Leste ainda é um desafio, isso devido à falta de materiais didáticos em português, bem como às metodologias adotadas para o ensino da língua.

Vale ressaltar, segundo Albuquerque (2010), que esse processo de (re)introdução da língua portuguesa no território timorense põe em questão fatores políticos, culturais e econômicos, que, vez ou outra, se contradizem, perante ao modo de gestão da língua. Fato é que essas contradições de ideias podem afetar as mais variadas instâncias, e aqui destacamos as instâncias de ensino e/ou educacionais.

Sobre a lei n. ° 14/2008 de 29 de outubro na sua subseção II, podemos verificar que o artigo constituinte da lei prevê o ensino das duas línguas oficiais no sistema educativo, porém o que se observa é um grande desafio de se lidar com tal política dentro do contexto multilíngue do Timor-Leste. Isso porque, segundo relatos de estudantes timorenses aqui no Brasil, muitas vezes a criança chega à escola para ser alfabetizada, sem saber expressar-se em português e nem mesmo em tétum.

Ainda referente a lei supracitada, podemos verificar, na subseção III, que o principal foco está em “garantir o domínio da língua portuguesa e do tétum”, bem como “desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, línguas oficiais” (...). No entanto, em termos práticos, essa política enfrenta desafios para acontecer. Podemos perceber isso no depoimento<sup>10</sup> do ex-presidente Taur Matan Ruak, na palestra “Timor-Leste, que futuro”, no âmbito das atividades organizadas pela Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), por ocasião da Semana da Língua Portuguesa, afirmou [...] “Que nas visitas que efectuou ao interior do país encontrou jovens do 5º ano que não sabiam sequer como se dizia 'nariz' em português, e "em alguns casos nem sequer em tétum", língua oficial do país a par do português”.

A terceira política linguística analisada, o decreto-lei n.º 3 /2018 de 14 de março, consiste na primeira alteração do decreto-lei n.º 3/2015, de 14 de janeiro, que aprova o currículo nacional da educação pré-escolar. Assim, o artigo 6º da lei prevê o desenvolvimento de competências linguísticas nas línguas oficiais, reforçando o que a constituinte pressupõe: “o currículo reflete o património cultural de Timor-Leste e reconhece os valores, os costumes e as tradições do país, bem como a utilização das línguas oficiais como parte dos valores de identidade nacionais”. Diante disso, entende-se a língua portuguesa como parte constituinte dos valores de identidade nacional do povo timorense, sendo possível o reconhecimento do português nas mais variadas esferas (políticas, culturais, educacionais entre outras).

Os artigos 11.º e 17.º seguintes da lei reforçam o desenvolvimento de competências linguísticas nas línguas oficiais, porém atentamos para uma informação de suma importância prevista na lei que assegura a legitimação do português nos espaços escolares: [...] “elegendo-se a língua portuguesa como língua de instrução e a língua tétum como língua de suporte”. Torna-se importante ressaltar que o reforço e a adoção da língua portuguesa como língua de instrução promove decisões importantes no reconhecimento da língua, o que afeta positivamente o seu uso.

Ainda sobre o decreto-lei n.º 3/2018 de 14 de março, segundo prescrito no Artigo 13.º 3. [...], “as crianças devem possuir uma sólida base de literacia nas duas línguas oficiais do país, antes de entrar no chamado primeiro ciclo”, algo improvável na zona rural do país, com base nos dados e depoimentos coletados.

Por fim, salientamos o Artigo 31.º 2., “A disponibilização dos materiais de apoio impressos nas duas línguas oficiais, entretanto de forma simultânea e de acordo com o grau de

---

<sup>10</sup><https://www.dn.pt/lusa/interior/presidente-timorense-defende-politica-clara-para-a-lingua-portuguesa-no-pais-7204301.html>

necessidade existente”. Dada a também complexa situação financeira do país (país em desenvolvimento), destacamos que a disponibilização desses materiais de apoio, por vezes, não acontece, como aqui já mencionado. No tópico a seguir, buscou-se confrontar os dados colhidos através do questionário aplicado com as informações identificadas nos documentos oficiais analisados.

### **3 Lusofonia no Timor-Leste: Utopia ou quimera**

A partir da co-oficialidade entre o português e o tétum, as duas línguas tornaram-se parceiras, sendo possível uma maior expansão da língua portuguesa, e conseqüentemente um enriquecimento do tétum perante a diversidade linguística/cultural do Timor-Leste. Podemos perceber isso através dos autores Corte e Brito (2006), para os quais:

Este processo de uniformização e unificação linguística por meio do tétum levou consigo a inerente difusão da língua oficial de sempre, o português, graças à disposição de elasticidade do tétum para se enriquecer com novos conceitos e vocábulos provenientes do português. A parceria das duas línguas estabeleceu-se, assim, sem concorrência de alguma outra vernacular de Timor, tornando-se um importante factor de caracterização linguística de ambas as línguas, e, em última análise, de consciência nacional e de diferenciação perante os povos vizinhos, contribuindo efectivamente para o enriquecimento da região em diversidade linguística e cultural. (CORTE e BRITO, 2006, p.129)

Desta forma, o retorno do português sobre o processo de ensino no Timor-Leste, deu-se também pela adoção da língua portuguesa como língua de instrução. O que de fato procurava-se era deixar no passado o sistema de ensino imposto, durante a ocupação por parte do governo indonésio. Tais realidades mostram que o processo do sistema educacional lusófono foi falho perante o sistema educacional da Indonésia, isso comparado aos 24 anos de dominação por parte da Indonésia. Conforme Albuquerque (2010):

Mesmo com uma permanência de cerca de quatro séculos em Timor Leste, a eficácia do sistema educacional português foi de pouca expressão, quando comparado aos 24 anos de dominação indonésia e foi nesse curto intervalo de tempo que a Indonésia conseguiu impor de maneira exemplar sua língua, o bahasa indonésia, em uma grande parcela da população timorense fluente nela, ou melhor, cerca de 58%, enquanto que apenas 37% eram fluentes no português. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 33)



Esse sistema educacional da Indonésia, durante sua dominação sobre o território timorense, pode ser também observado através da fala do líder e militante político Taur Matan Ruak, por ocasião da Semana da Língua Portuguesa (2017) afirmou: “Aqui até na televisão falamos indonésio. Acho que estamos todo um bocadinho perturbado. [...]. Em 24 anos os indonésios ensinaram 95% da população a falar indonésio. E nós em 17 ensinamos quantos a falar a língua oficial?”.

Vista como símbolo de identidade nacional, a língua portuguesa (re)tomou significativos espaços (administrativos, educacionais, jurídicos...) através da mais variadas políticas. Assim, dando enfoque às políticas de ensino/educacionais, tomamos como ponto de partida a Constituição, sobre a perspectiva de ensino de línguas. Evidencia-se a importância dos aspectos marcantes e conseqüentemente influentes no processo de ensino e aprendizagem do português.

Sobre uma realidade multilíngue, observa-se uma instabilidade sobre os status das línguas existentes, nesse complexo contexto encontra-se o português, com suas políticas que asseguram somente no papel o seu reconhecimento e o seu uso. Em termos práticos, postos os dados, percebemos os grandes desafios que a língua portuguesa encontra no Timor-Leste. É com base nos dados coletados que identificamos a atual conjuntura do país.

Na próxima seção, detalhamos a realidade da língua portuguesa no enquadramento sociolinguístico timorense.

### **3.1 A língua portuguesa no papel e a realidade inserida no contexto sociolinguístico do Timor-Leste**

Os resultados apresentados sobre a LP no Timor-Leste acende uma alerta no que concerne ao uso dessa língua nas mais variadas comunidades de fala do país. Isso porque, na Constituição, observamos um reconhecimento do idioma, entretanto, o uso está reservado a ações mais formais. Para justificar tal informação, o questionário apresentado anteriormente, por meio do quadro 2, comprova essa realidade da língua portuguesa no Timor-Leste.

Partindo para a língua portuguesa no processo educacional, nota-se que pelos dados coletados, houve uma (re)tomada a passos curtos, entretanto significativos no que tange o ensino e aprendizagem da língua. Podemos verificar também que os informantes afirmaram um contato linguístico com o português na escola e assim, pontuamos um avanço significativo em relação ao processo de ensino, parafraseando a lei n. ° 14/2008 de 29 de outubro, que prevê o ensino das duas línguas oficiais no sistema educativo.

No decreto-lei n. ° 3/2018 de 14 de março, podemos perceber a adoção da língua portuguesa como símbolo de identidade cultural do povo timorense. Também é enfatizado, no decreto-lei, o uso do português como língua de instrução, mas observamos que nenhum informante cita o português como língua de instrução.

Ainda sobre o decreto-lei n. ° 3/2018 de 14 de março, podemos observar que “A implementação do currículo garante às crianças a aquisição de conhecimentos linguísticos nas duas línguas oficiais [...]”. Porém, o entrevistado D no questionário exposto, informou que, desde de 2010, os currículos são aplicados em tétum, mas não cita se acontece o mesmo com o português. Em contraponto entre o que está previsto em lei e a realidade, concluímos a referida análise conscientes de que o português tem avançado, mas ainda tem encontrado grandes desafios para uma maior efetivação.

### **Considerações finais**

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou através das políticas linguísticas uma análise da situação da língua portuguesa no Timor-Leste. Com base nos dados coletados e no embasamento teórico sobre o tema, percebeu-se que a língua portuguesa através das mais variadas políticas, (re) introduz-se no complexo contexto multilingue do Timor-Leste.

Diante do exposto, podemos notar que os cinco entrevistados, não possuem o português como L1, e que essa L1 foi aprendida no seio familiar pelos pais (mãe e pai). Em relação à L2 dos entrevistados, observamos que, os quatro entrevistados afirmaram não possuir o português como L2, com exceção do entrevistado D. Sobre a L2 dos respondentes, foi possível ainda verificar que quatro dos entrevistados, aprendeu sua L2 com pais (pai e mãe). Sabe-se que o primeiro contato linguístico acontece no âmbito familiar, onde a criança tem um maior contato, e posteriormente estende-se esse contato para o contexto escolar. Levando isso em consideração, infere-se, em função dos dados da pesquisa, que o português não é língua prioritária no convívio familiar timorense, apresentando, assim, uma fragilidade neste meio.

Todos os entrevistados afirmaram ter aprendido o português na escola, a par de uma outra língua: o entrevistado A, o malaio (indonésia); B, inglês e indonésio; com exceção do entrevistado C, que aprendeu somente o português; o entrevistado D, língua indonésia e inglês e o entrevistado E, tétum, e língua indonésia. Ainda segundo os informantes, em todas as escolas do Timor-Leste se ensina português, mas o entrevistado D traz uma informação

bastante curiosa sobre o tétum, afirmando que desde de 2010 todos os currículos são aplicados em tétum. Diante de tal afirmação, percebemos o avanço do tétum no processo de ensino, porém a ineficiência na aquisição/produção de materiais em tétum e simultaneamente em LP, dificulta o processo de ensino.

Referindo-se ao status de oficialidade, quase todos os respondentes reconhecem o tétum e o português como línguas oficiais, exceto o respondente C, que reconhece apenas o português como oficial. Sobre as línguas mais faladas, quase todos os entrevistados identificam o tétum. O entrevistado C ainda considera, além do tétum, o português, inglês e o malaio como línguas mais faladas. O entrevistado E reconhece a língua portuguesa como língua de trabalho do governo. Percebe-se que há um desafio para a língua portuguesa dividir espaço com a língua nacional, o tétum.

Sobre o fator multilíngue existente no Timor-Leste, podemos observar que os cinco entrevistados assumem possuir mais de uma língua; o entrevistado A, 4 línguas (mambae, tétum, malaio e português); o entrevistado B, 6 línguas (waimua, naueti, tétum, indonésia, português e inglês); o entrevistado C, 5 (não identificou quais); o entrevistado D, 5 línguas (tétum, bunaq, indonésio, inglês, português) e o entrevistado E, 4 línguas (naueti, tétum, português e indonésia). Observa-se que a língua portuguesa, apesar de ser considerada língua oficial, língua de instrução e parte da identidade histórica e cultural do Timor-Leste, tem o seu uso sem muita recorrência no cotidiano do povo timorense.

Contrastando vez ou outra com os relatos dos entrevistados, na perspectiva das políticas linguísticas analisadas, reconhecemos que a língua portuguesa está bem assegurada, mantendo reconhecimento, e, por fim, exercendo e assumindo um papel importante no contexto multilíngue do Timor-Leste. Esse crescimento proporcionou reformas importantes nas políticas, principalmente nas políticas educacionais e/ou de ensino.

Contudo, a língua portuguesa vem conquistando, a passos lentos, mais espaço no cenário multilíngue no Timor-Leste, o que leva a mudanças significativas no português, no que concerne ao seu status e corpus. Diante do exposto, o que vemos é uma língua que ainda encontra muitos desafios no que tange ao seu uso, nas mais diversas comunidades de fala, sendo muitas vezes reservada a setores educacionais, administrativos, entre outros.

Dado a importância do tema, almejamos que o referido trabalho sirva de estímulo para pesquisadores que estejam dispostos a contribuir de forma eficiente na área das políticas linguísticas, para uma contribuição de qualidade no que tange à língua portuguesa, a sociedade e as práticas discursivas nas mais variadas comunidades de fala em que este idioma se faz presente.

## Referências

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. **O ensino de Língua Portuguesa em Timor Leste: variedades e dificuldades.** Interdisciplinar. Revista de Estudos em Língua e Literatura, v. 12, 2010.

\_\_\_\_\_. **Esboço gramatical do Tetun Prasa: língua oficial de Timor-Leste.** 2011, p, 53-59.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. **Ensinar português no enquadramento poliglóstico de Timor-Leste.** In: II Congresso Internacional da AILP Língua Portuguesa: Identidade, Difusão e Variabilidade, Rio de Janeiro. 2007.

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. **As políticas linguísticas e de ensino de línguas em Timor-Leste: desafios de um contexto multilíngue.** Filologia e Linguística portuguesa, v. 12, n – 1. p. 9-25, 2010

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo Atlas, 2008.

GLOBAL MEDIA GROUP. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/timor-leste-realiza-na-proxima-semana-maior-debate-sobre-educacao-em-quase-10-anos-8472669.html>. Acesso em: 10/03/2019 às 01:30am.

LOURENÇO, Soraia Valy Mamade Feiteira. **Um quadro de referência para o ensino do português em Timor-Leste.** 2008. Tese de Doutorado.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas.** Educar em revista, n. 23, p. 185-202, 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. **Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI.** Trabalhos em linguística aplicada, v. 52, n. 2, p. 409-433, 2013.

TIMOR-LESTE. Constituição (2002). **Constituição da República Democrática de Timor-Leste**. Jornal da República Democrática de Timor-Leste.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 14/2008 de 29 de outubro**. Jornal da República Democrática de Timor-Leste.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.º 3 /2018 de 14 de março (Primeira alteração ao decreto-lei n.º 3/2015, de 14 de janeiro)**. Jornal da República Democrática de Timor-Leste.

TIMOR-LESTE. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em:  
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Timor-Leste>. Acessado em: 24/03/2019 às 00:40 pm.